

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **SERVIÇOS INTERNOS DE SAÚDE DO TRABALHO**

**SERVIÇO DE ENFERMAGEM EM REGIME DE AVENÇA, COM CARÁCTER  
NOMINATIVO E ESPECÍFICO DA MODALIDADE DE SERVIÇO INTERNO DE  
MEDICINA DO TRABALHO**

## **PARTE I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto do contrato**

O presente caderno de encargos estabelece as condições técnicas e jurídicas a incluir no contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o prestador de serviços tendo por objeto a aquisição de serviços de enfermagem em regime de avença, com carácter nominativo e específico da modalidade de serviço interno de enfermagem do trabalho, decorrente do disposto na Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na sua atual redação, e que visa a vigilância contínua e a promoção da saúde no local de trabalho dos trabalhadores da entidade adjudicante, em articulação com os serviços internos de segurança e saúde do trabalho da entidade adjudicante.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Prazo**

1. O contrato vigora pelo período de 1 (um) ano a partir da data da sua assinatura, e prorrogar-se-á automaticamente por iguais períodos sucessivos se nenhuma das partes o denunciar mediante notificação à outra parte, por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias em relação ao termo do período em curso, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O prazo máximo de vigência do contrato, incluindo eventuais prorrogações, é de 3 (três) anos.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais para com a entidade adjudicante:
  - a) Coadjuvar o médico do trabalho no exercício da medicina do trabalho;
  - b) Participar nas ações de prevenção primária de lesões ou doenças;

- c) Avaliar as necessidades individuais e de grupo ao nível da saúde ocupacional e propor a implementação de estratégias para atingir metas específicas;
  - d) Aconselhar os trabalhadores e o responsável máximo da entidade adjudicante, sobre as questões de saúde abrangidas pelas suas competências profissionais;
  - e) Realizar exames periódicos de vigilância de saúde, bem como avaliações individuais quanto aos fatores de risco relacionados com o estilo de vida;
  - f) Zelar pela organização e confidencialidade dos processos clínicos;
  - g) Registar os dados clínicos nas bases de dados utilizadas para o efeito;
  - h) Participar no planeamento das atividades de medicina do trabalho e saúde ocupacional da entidade adjudicante;
  - i) Promover ações de sensibilização e formação em matéria de saúde no trabalho.
  - i) Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a apresentar ao responsável máximo da entidade adjudicante ou quem ele designar, com uma periodicidade semestral, um relatório com a evolução de todas as operações, objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato, sendo que o segundo relatório será apresentado no prazo de 30 (trinta) dias antes do término do contrato ou respetivas renovações.
2. O prestador de serviços compromete-se a obedecer a toda a legislação aplicável, nomeadamente a que respeita à matéria laboral e de proteção de dados pessoais, no cumprimento das suas obrigações contratuais.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Obrigações principais da entidade adjudicante**

São obrigações da entidade adjudicante:

1. Colaborar com o prestador de serviços, prestando-lhe todas as informações de que disponha e que, tendo em conta as circunstâncias, se mostrarem necessárias para a boa execução do contrato, nomeadamente as que dizem respeito aos serviços internos de segurança no trabalho;
2. Colaborar com o prestador de serviços, integrando os serviços internos de segurança na implementação de medidas de promoção da saúde no trabalho;

3. Comunicar ao prestador de serviços o nome e endereço de correio eletrónico do gestor de contrato designado para a monitorização do presente contrato.

## **PARTE II**

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Disposições gerais**

1. O prestador de serviços exerce as funções de enfermeiro do trabalho e presta serviços durante 60 horas por mês, à média de 15 horas por semana.
2. A distribuição das horas semanais será ajustada às necessidades diárias ou periódicas, devendo privilegiar-se uma permanência diária regular do prestador de serviços em articulação com o médico do trabalho, sem prejuízo dos ajustamentos necessários em função das atividades a desenvolver.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Requisitos gerais**

1. O prestador de serviços deve cumprir os seguintes requisitos:
  - a) Licenciado em Enfermagem;
  - b) Possuir o título profissional de Enfermeiro, atribuído pela Ordem dos Enfermeiros;
  - c) Ter inscrição válida na Ordem dos Enfermeiros (OE);
  - d) Estar autorizado para o exercício de enfermagem do trabalho pela Direção-Geral da Saúde ou possuir certificação individual de Competência Acrescida Diferenciada em Enfermagem do Trabalho, conforme o Anexo III do Regulamento n.º 372/2018, de 15 de junho, da Ordem dos Enfermeiros (OE), com a alteração introduzida pelo Regulamento n.º 682/2021, de 21 de julho;
  - e) Não ter sido condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação [Registo Criminal];
  - f) Ter a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social;
  - g) Ter a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos.

2. O concorrente deve instruir a sua proposta com Curriculum Vitae anexando comprovativos documentais para efeitos de aferição do cumprimento de todos os requisitos constantes do ponto anterior.
3. O concorrente deve indicar ainda o preço hora da prestação de serviços.
4. O preço contratual corresponde ao preço hora proposto a multiplicar pelo número de horas previsto (60 h/mês).

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **Critério de adjudicação**

1. A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, sendo o critério de adjudicação densificado pelos seguintes fatores:
  - a) Preço (50%);
  - b) Experiência profissional em enfermagem do trabalho (30%);
  - c) Experiência profissional em enfermagem (20%).
2. Será adjudicada a proposta que obtiver a pontuação mais alta, sendo a pontuação final obtida através da seguinte fórmula, com arredondamento à segunda casa decimal:

$$PF = (PP \times 0,50) + (PEPET \times 0,30) + (PEPE \times 0,20)$$

Em que:

**PF:** Pontuação final;

**PP:** Pontuação do fator preço;

**PEPET:** Pontuação do fator experiência profissional em enfermagem do trabalho;

**PEPE:** Pontuação do fator experiência profissional em enfermagem.

- a) A pontuação do fator preço será obtida através da seguinte fórmula, com arredondamento à segunda casa decimal:

$$PP = [(P_{base} - P_{prop}) / P_{base}] \times 100$$

Em que:

**PP:** Pontuação no fator preço;

**P<sub>base</sub>:** Preço base do procedimento;

**P<sub>prop</sub>:** Preço da proposta

- b) A pontuação do fator experiência profissional em enfermagem do trabalho será obtida segundo a matriz de avaliação:

<b>Número de anos de experiência profissional em Enfermagem do Trabalho</b>	<b>Pontuação</b>
Inferior a 2 anos	25 pontos
Igual ou superior a 2 anos e inferior a 5 anos	50 pontos
Igual ou superior a 5 anos e inferior a 10 anos	75 pontos
Igual ou superior a 10 anos	100 pontos

- c) A pontuação do fator experiência profissional em enfermagem será obtida segundo a matriz de avaliação:

<b>Número de anos de experiência profissional em Enfermagem</b>	<b>Pontuação</b>
Inferior a 2 anos	25 pontos
Igual ou superior a 2 anos e inferior a 5 anos	50 pontos
Igual ou superior a 5 anos e inferior a 10 anos	75 pontos
Igual ou superior a 10 anos	100 pontos

3. Em caso de empate na pontuação final das propostas serão considerados os seguintes critérios de desempate pela ordem apresentada:

- Pontuação mais alta no fator preço;
- Sorteio em data a designar.

### **Cláusula 8.ª**

#### **Serviços a realizar**

- O prestador de serviços presta os seus serviços nas instalações disponibilizadas pela entidade adjudicante e responde, para efeitos de resultados e orientações, no âmbito da prestação de serviços contratualizada, perante o responsável máximo da entidade adjudicante, sem prejuízo das competências atribuídas ao gestor do contrato.
- O prestador de serviços fica obrigado ao cumprimento das seguintes ações, complementarmente ao disposto na Cláusula 3.ª:

- a) Coadjuvar o médico do trabalho no exercício da atividade de medicina do trabalho;
- b) Participar na elaboração e apresentação de um Plano Anual de Atividades de Saúde (PAAS) enquadradas na atividade da medicina do trabalho;
- c) Coadjuvar o médico do trabalho na vigilância da saúde dos trabalhadores, bem como na realização de auditorias, visitas e análise dos postos de trabalho;
- d) Realizar exames complementares de diagnóstico, enquadrados na sua área de formação e competências;
- e) Controlar os indicadores físicos de robustez e saúde dos trabalhadores, de acordo com as orientações do médico do trabalho;
- f) Ministras injetáveis, vacinas e pequenos curativos, salvo se houver indicação em contrário do médico do trabalho;
- g) Monitorizar os indicadores dos trabalhadores com patologias crónicas, conforme indicação do médico do trabalho;
- h) Encaminhar os trabalhadores para consulta com o médico do trabalho;
- i) Organizar os processos clínicos e zelar pela sua confidencialidade;
- j) Convocar os trabalhadores para comparência a consulta nos casos que, por indicação do médico do trabalho, careçam de vigilância frequente;
- k) Manifestar necessidades de aquisição de produtos, medicamentos e equipamentos para o setor;
- l) Articular com os serviços internos de segurança no trabalho a avaliação de riscos profissionais, implementação de medidas de prevenção e ações corretivas no âmbito da saúde e segurança no trabalho;
- m) Elaborar o plano semanal de consultas dos trabalhadores;
- n) Fornecer os dados estatísticos necessários à elaboração do Balanço Social ou outros instrumentos de gestão;
- o) Propor a implementação de estratégias, objetivos, iniciativas e ações de melhoria contínua do serviço de enfermagem no trabalho;
- p) Acompanhar as visitas periódicas aos locais de trabalho, de acordo com a periodicidade fixada no PAAS, ou no caso em que as condicionantes da saúde dos trabalhadores assim o recomendem;



- q) Colaborar com o médico do trabalho na realização de ações de informação e de sensibilização que visem a promoção da saúde e a prevenção da doença;
  - r) Aconselhar a população laboral sobre comportamentos saudáveis.
3. Os planos, estratégias, objetivos, iniciativas, medidas e ações a desenvolver ou implementar no âmbito da enfermagem do trabalho, sem prejuízo das competências do médico do trabalho, são submetidas a decisão do responsável máximo da entidade adjudicante.
  4. Para o exercício da atividade o prestador de serviços deverá utilizar as plataformas informáticas autorizadas para o efeito pelo responsável máximo da entidade adjudicante.

### **Cláusula 9.ª**

#### **Vigilância da saúde dos trabalhadores**

1. Para efeitos da prestação de serviços contratada, a entidade adjudicante disponibilizará ao prestador de serviços os dados dos trabalhadores necessários à atividade de enfermagem e medicina do trabalho.
2. O prestador de serviços obriga-se a fornecer os dados estatísticos necessários a diagnósticos organizacionais, estudos e adoção de medidas em matéria de saúde e segurança do trabalho, a apresentar ao responsável máximo da entidade adjudicante ou a quem ele designar.
3. A vigilância da saúde dos trabalhadores é da responsabilidade do médico do trabalho, sendo o prestador de serviços seu coadjuvante, e deve articular a sua atividade com os restantes profissionais que operem na área da saúde e segurança do trabalho, a identificar circunstancialmente em função das atividades e necessidades.
4. A vigilância da saúde, a realizar pelo prestador de serviços e o médico do trabalho, deve ter em consideração as exigências do trabalho, o estado de saúde do trabalhador e dos fatores de risco profissional a que o trabalhador está exposto, bem como a repercussão destes fatores na saúde do mesmo.
5. Para efeitos da tomada de decisão quanto à aptidão para a função do trabalhador, o enfermeiro do trabalho colabora com o médico do trabalho, devendo realizar diferentes tipos de exames de saúde, de acordo com as exigências legais e os referenciais técnicos e normativos da Direção-Geral da Saúde.

## **Cláusula 10.ª**

### **Ficha de aptidão**

1. O resultado da vigilância da saúde deve ser registado pelo médico do trabalho, após ter realizado o exame de saúde do trabalhador na ficha de aptidão, devendo o prestador de serviços verificar e assegurar que este documento:
  - a) Pertence ao trabalhador submetido ao exame de saúde;
  - b) Não contém qualquer informação clínica;
  - c) Se encontra devidamente assinado pelo médico do trabalho que realizou a vigilância da saúde do trabalhador.
  - d) Foi assinado pelo trabalhador logo após a consulta.
  - e) Foi remetida cópia ao responsável pela direção de recursos humanos e ao gestor do contrato, até 5 (cinco) dias úteis após a sua emissão.
  - f) Nas situações de inaptidão para o trabalho, o médico do trabalho faz referência, de forma explícita, a outras funções que o trabalhador poderá desempenhar.
  - g) Esclarece, de forma inequívoca, o trabalhador sobre o resultado da respetiva vigilância da saúde, assim como das medidas preventivas e ou corretivas necessárias, orientações quanto a terapêuticas, práticas de trabalho saudáveis e estilos de vida saudáveis, entre outros aspetos considerados pertinentes.
2. Sempre que o médico do trabalho encaminhe ou referencie trabalhadores, deve o prestador de serviços acompanhar os procedimentos, articulando-se interna e externamente, sempre que necessário, preferencialmente, através de relatório ou outro documento escrito.
3. O prestador de serviços obriga-se ainda, em articulação com o médico do trabalho, a fornecer ao responsável máximo pela entidade adjudicante ou a quem ele designar relatório trimestral com o seguinte conteúdo:
  - a) Exames complementares de diagnóstico realizados;
  - b) Encaminhamentos/referenciação para médico assistente e/ou especialista;
  - c) Número de consultas por tipo de exame;
  - d) Número de consultas realizadas por unidade orgânica e setor de atividade, carreira, profissão, género, escalão etário e antiguidade;

- e) Número de trabalhadores e sua caracterização, objeto de preenchimento de ficha de aptidão, com diagnóstico “apto”, “apto condicionalmente” e “inapto”;
- f) Caracterização da inaptidão para o trabalho, em função da carreira, profissão, género, escalão etário e antiguidade;
- g) Número de faltas de comparência à consulta por unidade orgânica e setor de atividade, carreira, profissão, género, escalão etário e antiguidade;
- h) Indicação de casos de doença profissional;
- i) Demais informação tida como útil.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Documentação para efeitos de monitorização**

1. Para monitorização da execução do contrato, o prestador de serviços obriga-se a:
  - a) Elaborar o plano de atividades no âmbito da enfermagem do trabalho e sua integração no PAAS, até 90 dias após o início do contrato, a submeter ao responsável máximo da entidade adjudicante;
  - b) Enviar ao responsável máximo da entidade adjudicante um relatório semestral sumário do cumprimento do PAAS, até final do mês seguinte ao término do semestre;
  - c) Enviar ao responsável máximo da entidade adjudicante informação escrita sobre eventuais alterações das ações a desenvolver no âmbito do plano de atividades;
  - d) Participar ao responsável máximo da entidade adjudicante ocorrências de que tenha conhecimento no exercício das suas funções ou por causa delas que indiciem infração disciplinar ou penal por parte dos trabalhadores.
2. Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português, privilegiando-se o reporte via correio eletrónico e ficheiros em formato \*.pdf.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Periodicidade e horários**

1. Os serviços objeto do presente contrato correspondem a 60h por mês, devendo ser prestadas em horário normal de funcionamento dos serviços, entre as 9 horas e as 12 horas e 30 minutos, no

período da manhã ou entre as 14 horas e as 17 horas e 30 minutos, no período da tarde, durante o período em que vigorar o contrato.

2. O horário deverá ser articulado e compatível com o horário do médico do trabalho.
3. Os horários devem ser ajustados em função das atividades e propostos e acordados com o responsável máximo pela entidade adjudicante.
4. No caso de não existir o acordo referido no número anterior, prevalece a duração regular de 3 horas diárias, sendo que o período será o indicado pelo prestador de serviços.

### **Cláusula 13.ª**

#### **Alteração e compensação de horas**

1. Caso não seja possível cumprir as horas estabelecidas na cláusula anterior, por motivo de força maior, devidamente justificável pelo prestador de serviços e aprovado pela entidade adjudicante, as mesmas terão de ser compensadas no decorrer dos dois meses imediatamente seguintes.
2. Em todo o caso, a admissibilidade do regime de compensação referido no número anterior, está condicionada a um incumprimento temporário com um limite máximo anual de 50 horas seguidas ou 140 interpoladas, sob pena de se operar a resolução do contrato.
3. Entende-se por razões justificáveis, além das situações previstas na cláusula 13.ª da Parte I do presente Caderno de Encargos, as invocadas por motivo de doença ou acidente, que em qualquer dos casos terão que ser compensadas durante a vigência do contrato.
4. Adicionalmente, poderá ainda admitir-se a interrupção da prestação dos serviços por motivo de férias, nos meses de agosto e dezembro, estando esta interrupção do contrato condicionada pelo superior interesse do serviço e depende de acordo com a entidade adjudicante, não podendo ocorrer por período superior a 30 dias seguidos, sob pena de se operar a resolução do contrato.
5. Em caso de inexistência do acordo referido no número anterior, prevalece a vontade da entidade adjudicante, reduzindo-se para 15 dias o período indicado.

### **Cláusula 14.ª**

#### **Instalações**

1. O prestador de serviços obriga-se a realizar a prestação do serviço nas instalações da entidade adjudicante.

2. A entidade adjudicante disponibiliza instalações adequadas ao exercício da atividade clínica, em gabinete dotado de privacidade, mobiliário adequado destinado ao médico do trabalho e ao enfermeiro do trabalho, sala de espera e demais equipamentos e utensílios, cabendo ao prestador de serviços zelar pelo seu bom uso, boa utilização e conservação.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Informações adicionais**

1. O prestador de serviços é o responsável pelo cumprimento das obrigações legais no âmbito da execução das atividades contratadas e pela sua aptidão profissional e disciplina.
2. O prestador de serviços obriga-se ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho, medicina no trabalho e encargos sociais legalmente fixados, bem como de seguros de trabalho.